



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de Gás GLP P13kg e P45kg, para atender as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação de Nova Friburgo, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal 599/2020, Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 – Pregão Eletrônico através do Sistema de Registro de Preços.
1.4	Período:	12 meses
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
COTA RESERVADA			
01	Gás GLP acondicionado em botijões de 13kg	UND	655
02	Gás GLP acondicionado em botijões de 45kg	UND	182
COTA PRINCIPAL			
03	Gás GLP acondicionado em botijões de 13kg	UND	797
04	Gás GLP acondicionado em botijões de 45kg	UND	1786

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Educação de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para fornecimento de Gás GLP para atender as demandas para a confecção da merenda escolar nas Unidades Escolares do município;

3.2 Os botijões de gás GLP P13 kg e P45 kg serão adquiridos pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, pois o quantitativo é estimado para aquisição sob demanda de acordo com a utilização nas Unidades Escolares;

3.3 O quantitativo do fornecimento de Gás GLP deverá ser efetuado nas Unidades Escolares da rede municipal, nos quantitativos e especificações determinados conforme



“Planilha de Distribuição Mensal – Gás GLP” proposta pelo Setor de Nutrição Escolar da Secretaria de Educação, abaixo descrita. A entrega deverá ser realizada de acordo com a solicitação da Unidade Escolar ou do Setor de Nutrição Escolar, com prazo de entrega não superior a 01 (um) dia útil, contados do recebimento da Nota de Empenho e/ou da assinatura do Instrumento Contratual.

3.4 As estimativas correspondentes foram baseadas no consumo dos anos anteriores, conforme processos nº 2.196/2021 e 3.004/2022.

PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO MENSAL GÁS GLP - MERENDA ESCOLAR
PERIODO DE 12 MESES

UNIDADES	TOTAL DE ALUNOS	GÁS GLP P13 UND	GÁS GLP P45 UND
E.M. ACYR SPITZ	249	5	0
E.M. ADEZIR A. GARCIA	58	2	0
C.M. ALBERTO MEYER	110	3	0
E.M. ALCIDES FRANCISCO BRANTES	162	0	2
E.M. AMÂNCIO AZEVEDO	157	0	2
E.M. AMÉRICO VENTURA FILHO	125	0	2
E.M. ANNA BARBOSA MOREIRA	103	0	2
E.M. BATISTA	299	8	0
E.M. BERNARDO PACHECO	214	4	0
E.M. CECÍLIA MEIRELES	267	1	3
E.M. CLAUDIR A. DE LIMA	203	4	0
C.M. CYPRIANO M. DA VEIGA	147	4	0
E.M. DANTE LAGINESTRA	104	4	0
C.M. DANTE MAGLIANO	204	0	2
E.M. DÉCIO MONTEIRO SOARES	537	0	4
C.M. DERMEVAL B. MOREIRA	382	0	4
E.M. DINAH LANTIMANT BRAVO	220	0	2
E.M. ERNESTO TESSAROLO	51	0	1
E.M. ESTAÇÃO DO RIO GRANDE	260	0	3
E.M. FLORÂNDIA DA SERRA	112	4	0
C.M. FLORES DE NOVA FRIBURGO	70	0	2
E.M. FRANCISCO SILVEIRA	280	0	3
E.M. HELENA COUTINHO	154	0	2
E.M. HÉLIO GONÇALVES CORREA	243	0	2
E.M. HERMENEGILDO GRIPP	214	0	2
E.M. HERMÍNIA DA SILVA CONDACK	370	0	2
E.M. HERMÍNIA SANTOS SILVA	294	0	2
E.M. HONÓRIO TARDIN	76	0	1



E.M. ISABEL GOMES SIQUEIRA	336	0	2
E.M. IZA SAIPPA RANUCCI	336	0	2
E.M. JARDEL HOTTZ	302	0	2
E.M. JOÃO VICENTE VALADARES	106	1	1
E.M. JOSÉ ALVES DE MACEDO	79	0	1
C.M. JUSCELINO K. DE OLIVEIRA	498	0	3
E.M. LAFAYETTE BRAVO FILHO	451	0	3
E.M. MANOEL JOSÉ NOGUEIRA PEIXOTO	40	3	0
C.M. MAXIMILIAN FALCK	164	0	2
E.M. MESSIAS DE MORAES TEIXEIRA	309	0	2
E.M. MIGUEL RAYMUNDO DE M. BITTEN-COURT	246	0	2
C.M. MONS. JOSÉ ANTONIO TEIXEIRA	34	2	0
E.M. NAIR DE ARAÚJO RODRIGUES	335	0	3
C.M. ODETE PENNA MUNIZ	311	0	3
C.M. PADRE RAFAEL	207	0	3
E.M. PASTOR SCHLUPP	180	4	0
E.M. PATRÍCIA JONAS SANT'ANA	136	0	2
C.M. REI ALBERTO I	196	1	3
C.M. RUI BARBOSA	593	0	4
E.M. RUY SANGULARD	202	0	3
E.M. SÃO JOSÉ	33	0	1
E.M. SÃO JUDAS TADEU	272	0	3
E.M. SÃO PEDRO DA SERRA	207	0	3
E.M. STA. PAULA FRANSSINETTI	452	0	3
C.M. TIRADENTES	268	4	0
C.M. UMBELINA B. DE QUEIROZ	197	0	3
E.M. VALE DE LUZ	121	0	2
E.M. VARGEM ALTA	89	1	1
C.M. VEVEY LA JOLIE	200	0	2
E.M. VICTORINO BENTO DE TOLEDO	63	2	0
E.M. WALDIR LOPES CARVALHO	71	3	0
J.I. BELA VISTA	52	3	0
J.I. ELISA TEIXEIRA DE UZEDA	169	1	2
J.I. LETÍCIA COUTINHO SOARES	107	0	2
J.I. MARIA DUQUE ESTRADA LAGINESTRA	251	0	3
C.M.E.I. ADAHIL DA CRUZ	96	1	2
C.M.E.I. ADRIANO AFFONSO FREITAS	50	0	1
C.M.E.I. ALAENE PACHECO BREDER	49	0	1
C.M.E.I. AUGUSTA HORN	114	0	2
C.M.E.I. BRASILINA DA ROSA TEIXEIRA	66	1	1
C.M.E.I. CANTINHO FELIZ	79	0	2



C.M.E.I. CARMEM RODRIGUES SOUZA	58	3	0
C.M.E.I. CLEMENTINA ALVES MARTINS	59	1	1
C.M.E.I. CONCEIÇÃO CORTES TEIXEIRA	199	0	2
C.M.E.I. DOLORES DE SÁ SCHUENCK	71	0	2
C.M.E.I. EDITH SILVA DOS SANTOS	39	2	0
C.M.E.I. ELVIRA DA SILVEIRA	75	0	2
C.M.E.I. ELZA BARBOSA MELHORANÇA	53	0	1
C.M.E.I. EMÍLIA ADELAIDE FERREIRA	135	0	2
C.M.E.I. EMÍLIO MELHORANCE	105	0	2
C.M.E.I. FRANZ HAUG	181	1	3
C.M.E.I. GILCELY BARRADA CANTO	61	0	1
C.M.E.I. IOLANDA DA SILVA	100	0	2
C.M.E.I. IRINEU MINEIRO	53	0	1
C.M.E.I. IZABEL JOVELINA MONTEIRO	136	0	2
C.M.E.I. JAMILLE CONSTANTINO KLEIN	55	0	1
C.M.E.I. JARDINLÂNDIA	65	3	0
C.M.E.I. JOÃO BATISTA FARIA	70	0	1
C.M.E.I. JÚLIA IRENE GOMES ANDRADE	60	0	1
C.M.E.I. LEDA TAVARES MOREIRA	152	0	2
C.M.E.I. LUZ DA SERRA	82	0	1
C.M.E.I. M ^a ALTINA N. DE OLIVEIRA	128	0	2
C.M.E.I. M ^a DA CONCEIÇÃO ABICALIL	80	0	1
C.M.E.I. M ^a DA PENHA MONTEIRO SILVA	59	0	1
C.M.E.I. M ^a DAMASCO MOUTA	80	0	1
C.M.E.I. M ^a IGNEZ ANDRADE BACHINI	100	3	0
C.M.E.I. M ^a JOSÉ MAFFORT	67	0	1
C.M.E.I. MAURA ROSA RODRIGUES	64	0	1
C.M.E.I. MENINO JESUS	106	0	2
C.M.E.I. NADIR CARDOSO	51	0	1
C.M.E.I. OTELINA SÁ MARTINS A. CONDACK	94	0	2
C.M.E.I. PADRE LUIZ PECCI	122	0	2
C.M.E.I. PADRE LUIZ YABAR	104	0	2
C.M.E.I. PRINCESA IZABEL	62	0	2
C.M.E.I. SANTA TEREZINHA	94	3	0
C.M.E.I. SEBASTIANA CARNEIRO MELLO	79	0	1
C.M.E.I. SOLARES	63	2	0
(CONJ. 01) ALAIR CAMPOS OUVENEY	21	2	0
(CONJ. 01) FRANCISCO OUVENEY	26	2	0
(CONJ. 02) GALDINÓPOLIS	32	2	0
(CONJ. 02) LAPER LYRA FAGUNDES	35	2	0
(CONJ. 02) NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	11	2	0
(CONJ. 03) BOA ESPERANÇA	27	2	0



(CONJ. 03) BOA ESPERANÇA E.E.M.	46	2	0
(CONJ. 04) ALÍPIO DA S. BRANCO	41	2	0
(CONJ. 04) JOSÉ EUGENIO MÜLLER	26	2	0
(CONJ. 05) CELCYO FOLLY	24	2	0
(CONJ. 05) HENRIQUE CARLOS HECKERT	47	2	0
(CONJ. 06) ERNESTO DE SOUZA CARDINOT	48	2	0
(CONJ. 06) FLOR DO YPÊ	33	2	0
(CONJ. 06) HERONDINO JOSE DA ROSA	22	2	0
(CONJ. 07) LUIZ FONSECA	36	2	0
(CONJ. 07) SÍTIO DOS AFFONSOS	47	3	0
E.E.M. NEUSA GOULART BRIZOLA	46	3	0
ESCOLA TEC ENFERMAGEM N° SRA DE FÁTIMA	26	1	0

TOTAL DE UNIDADES	121	164
--------------------------	------------	------------

	<i>P13 GLP</i>	<i>P45 GLP</i>
TOTAL DE UNIDADES MENSAL	121	164

N° DE ENTREGAS MENSAL	12	12
------------------------------	-----------	-----------

TOTAL DE UNIDADES	1452	1968
--------------------------	-------------	-------------

	<i>P13 GLP</i>	<i>P45 GLP</i>
TOTAL ESTIMADO PARA COMPRA - GÁS GLP	1.452	1.968

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

4.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

4.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;



4.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	339039-23
5.1.2	Fonte de Recurso:	150010010000
		22002.1236100572.147
5.1.2	Programa de Trabalho:	22003.1236500672.166
		22004.1236500762.182

5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 - Apresentar **Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I deste edital, com clara menção do produto e execução bem-sucedida. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contatar a empresa atestante para fins de aferição.

7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1 O fornecimento será efetuado nas Unidades Escolares, com prazo de entrega não superior a 1 (um) dia, contados a partir do dia da solicitação da Unidade Escolar;

7.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;



7.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

7.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA LIQUIDAÇÃO

8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto nº 258, de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no Decreto nº 313, de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



- 10.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;
- 10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;
- 10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 10.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;
- 10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 11.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:
 - 11.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;
 - 11.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; (quando for o caso)
 - 11.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 11.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 11.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



11.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Educação, para representá-la na execução do Contrato;

11.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

11.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

11.1.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Educação;

12. MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Bruno Valverde	107.315	Gestor titular
Carlos Veiga da Rocha	990.256	Gestor Substituto
Manuella Carestiatto Faria	116.280	Fiscal titular
Verônica Monteiro Caetano Cordeiro	107.304	Fiscal substituto



14.3 O (s) fiscal (is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos do Setor de Nutrição Escolar, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02 a contratada que:

17.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2. Apresentar documentação falsa;

17.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.5. Não mantiver a proposta;

17.1.6. Cometer fraude fiscal;

17.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

17.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

17.3.1. Advertência;



17.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

17.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.3.9. As sanções de advertência e sanções suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

17.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

18. DA RESCISÃO



18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará à Secretaria Municipal de Educação o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

18.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Educação;

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 19 de janeiro de 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Bruno Valverde Matr.: 117315	<hr/> Carlos Veiga da Rocha Matr.: 990256

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Caroline Moura Klein
Secretária Municipal de Educação
Matr.: 990953